

8. EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS: O CASO DE SÃO PAULO

8.1. Sistema de gerenciamento de recursos hídricos

Entre as experiências estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, uma das mais importantes, embora ainda embrionária, é a do estado de São Paulo (ver Miysahita, Hadjimu, Gerenciamento de Recursos Hídricos: a experiência de São Paulo, Fundap, novembro de 1993).

O estado tem uma população de 33 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 135 habitantes por quilômetro quadrado, superior à de países industrializados como a Alemanha, Inglaterra, Itália e Japão. Essa elevada concentração demográfica gera problemas particulares de gerenciamento de recursos hídricos.

Estima-se que o principal conjunto de bacias hidrográficas do estado, do ponto de vista de abastecimento de água - Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista, conectadas hidraulicamente aos sistemas Cantareira e Billings -, terá sua capacidade esgotada em torno do ano 2.010, exigindo importação de água de outras bacias.

Já em 1995 será necessário ampliar a oferta de água na Região Metropolitana de São Paulo. O potencial hidroelétrico de grande porte já está totalmente explorado, atendendo a um consumo que representa 40% do total brasileiro.

A exploração desordenada do solo tem gerado graves problemas de inundações e de erosão. Cerca de 20% do orçamento do estado é absorvido em obras corretivas para estabilização de erosões urbanas. O potencial poluidor de efluentes industriais e domésticos é enorme, em-

bora algum progresso já tenha sido alcançado em relação ao controle da poluição daí decorrente.

No que se refere a transporte hidroviário, o estado registra um grande potencial, ainda insuficientemente aproveitado.

Para enfrentar esses problemas, o governo do estado vem tentando implantar um Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGRH), com apoio nos seguintes pilares:

- Um Conselho Estadual de Recursos Hídricos, integrado por representantes do estado, dos municípios e da sociedade civil;
- Um Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), elaborado pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Corhi) e aprovado pela assembleia legislativa estadual. Discute-se, atualmente, o primeiro plano, com duração de quatro anos, consolidando a programação de 22 bacias hidrográficas do estado;
- Um comitê executivo para cada bacia, ao qual poderá estar vinculada uma agência de bacia hidrográfica (semelhante ao modelo francês), que funcionaria como sua secretaria executiva;
- Um Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), que contaria com recursos advindos, principalmente, da cobrança de taxas pelo uso da água.

Reconhece-se que o sistema de preços constitui o melhor instrumento para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda de água, mas

a efetiva implementação de mecanismos de mercado nessa área pressupõe a plena instituição do sistema de gerenciamento indicado.

A participação da sociedade é considerada necessária, mas, na prática, essa co-responsabilidade é exercida de forma tímida e restrita. Por outro lado, a estrutura formal do SIGRH ainda não se traduziu em órgãos e instrumentos operativos, continuando apenas no papel.

Pretende-se iniciar essa implementação nas áreas consideradas mais críticas: as bacias do Piracicaba e do Alto Tietê.

A operação do FEHIDRO é considerada de importância fundamental, para estruturar um sistema de financiamento adequado para o sistema visualizado. Reconhece-se, no entanto, que a legislação estadual não é clara sobre o assunto. Especula-se que a cobrança deve ser feita não apenas dos usuários de água, como também de todos os que de alguma forma alterem as condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos, em particular os responsáveis por efluentes industriais e domésticos lançados em cursos d'água. Sugere-se a realização de estudos sobre o tema, inclusive para a avaliação da "disposição de pagar" dos diferentes grupos de usuários ou agentes poluidores.

8.2. Legislação básica sobre saneamento

A Lei Estadual nº 7.750, de 31 de março de 1992, instituiu uma política estadual de saneamento com base nas seguintes definições:

1) SANEAMENTO AMBIENTAL

O saneamento ambiental é definido como o conjunto de ações, serviços e obras que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta

e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas.

2) SALUBRIDADE AMBIENTAL

A salubridade ambiental é definida como a qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio hídrico, pelo meio ambiente e promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas favoráveis à saúde da população urbana e rural.

3) SANEAMENTO BÁSICO

Saneamento básico é o conjunto de ações, serviços e obras considerados prioritários em programas de saúde pública, notadamente o abastecimento público de água e a coleta e tratamento de esgotos.

A política estadual de saneamento é operacionalizada através de três instrumentos básicos:

- plano estadual de saneamento;
- sistema estadual de saneamento;
- fundo estadual de saneamento.

A lei estabelece os princípios, objetivos e diretrizes da política de saneamento, especificando que o plano estadual de saneamento deverá ser elaborado com base na bacia hidrográfica como unidade de planejamento, compatibilizado com o plano estadual de recursos hídricos (art. 6º, inciso XII).

O plano será quadrienal, elaborado de forma articulada com as políticas estaduais de saúde pública e meio ambiente (art. 8º), com base em planos regionais de saneamento ambiental.

O artigo 15 criou, como órgão central colegiado e deliberativo, de nível estratégico, o Conselho Estadual de Saneamento, além de comissões regionais de saneamento ambiental, de nível regional.

O Fundo Estadual de Saneamento corresponde a um fundo rotativo capaz de gerar recursos financeiros permanentes e crescentes para o saneamento. Foram definidas diretrizes para garantir a sustentação do fundo, inclusive com a limitação de até 10% para o total de aplicações a serem feitas a taxas subsidiadas ou a fundo perdido.

8.3. Legislação sobre concessão de obras e serviços públicos

Outro importante instrumento legal de interesse para o setor de saneamento e recursos hídricos foi recentemente promulgado no estado de São Paulo: a Lei nº 7.835, de 8 de maio de 1992, que dispôs sobre o regime de concessão de obras públicas e concessão e permissão de serviços públicos.

A concessão corresponde a uma delegação a empresa individual ou coletiva, por sua conta e risco e por prazo certo, de obra pública ou da prestação de serviço público, mediante remuneração obtida pela cobrança de tarifas dos usuários.

O artigo 7º da lei estabelece as cláusulas essenciais dos contratos relativos a concessão e permissão.